

Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade tem como objetivo dar a conhecer aos titulares dos dados as regras gerais de privacidade e de tratamento dos dados pessoais recolhidos pela EMA — Escola de Música e Artes, no estrito respeito e cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD).

Constitui, igualmente, uma declaração de compromisso no respeito pelas melhores práticas no domínio da segurança e da proteção de dados pessoais, bem como da implementação de um conjunto de medidas capazes de acautelar a proteção dos dados disponibilizados por todos aqueles que, de alguma forma, se relacionam com a escola, nomeadamente alunos, encarregados de educação, colaboradores e fornecedores.

Identidade e contactos do responsável pelo tratamento

Responsável pelo tratamento: Pauta d'Ofertas Unipessoal Lda, na qualidade de entidade exploradora da EMA — Escola de Música e Artes.

Morada: Rua Helena Félix N°36D, 2820-266.

NIPC: 517717840.

Contactos do responsável pela proteção de dados

Nuno Amaral

E-mail: ema.escolademusica@gmail.com

Finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam

Categoria de dados	Titular	Finalidade	Fundamento jurídico	Prazo de conservação
Nome completo, data de nascimento e NIF do aluno	Aluno (incluindo menores)	Inscrição/matricula, prestação do serviço de ensino de música e artes e emissão de fatura/recibo — sempre em nome do aluno, mesmo quando este é menor	Execução de contrato, diligências pré-contratuais e obrigação legal (faturação)	Enquanto durar a relação com a EMA, mais 10 anos por obrigação legal contabilística
Nome, contacto telefónico e e-mail do encarregado de educação	Encarregado de Educação (apenas quando o aluno é menor)	Envio de informações relacionadas com o funcionamento da escola (horários, avisos, alterações de calendário e eventos)	Execução de contrato / interesse legítimo do responsável pelo tratamento	Enquanto durar a relação com a EMA
Informações sobre necessidades especiais, condições de saúde ou similares, quando comunicadas voluntariamente pelo encarregado de educação	Aluno	Adaptação do método de ensino às necessidades específicas do aluno, junto do(s) professor(es) diretamente envolvidos	Consentimento explícito do encarregado de educação, constituído pelo próprio fornecimento voluntário da informação, por se tratar de categoria especial de dados nos termos do artigo 9º do RGPD	Enquanto durar a relação com a EMA, com revisão periódica da necessidade de conservação
Imagem e som captados durante aulas e atividades correntes, sem inclusão da face do aluno (ex.: mãos, instrumento, ambiente da sala)	Aluno	Fins pedagógicos e de divulgação genérica das atividades da EMA	Não constitui, em regra, tratamento de dados pessoais, por o aluno não ser identificável	Não aplicável

Imagem e som com captação da face do aluno, obtidos exclusivamente na Festa Final e eventos equiparados	Aluno e Encarregado de Educação	Divulgação institucional nas redes sociais, site e canal de YouTube da EMA	Consentimento explícito e específico do encarregado de educação	Até revogação do consentimento, nos termos da Autorização de Captação de Imagem e Som
Imagem (sem som) captada pela câmara de videovigilância instalada na entrada da escola	Alunos, encarregados de educação, professores, colaboradores e visitantes	Segurança do espaço, das pessoas e dos bens	Interesse legítimo do responsável pelo tratamento	7 dias, após os quais as imagens são eliminadas automaticamente pelo sistema, salvo se necessárias à investigação de um incidente concreto

Fundamento jurídico para o tratamento e interesses legítimos do responsável

A EMA — Escola de Música e Artes trata os dados pessoais para as finalidades apresentadas no quadro anterior. As faturas e recibos são sempre emitidos em nome do aluno, independentemente de este ser maior ou menor de idade, pelo que os dados fiscais tratados para este efeito são os do próprio aluno. Os dados do encarregado de educação (contacto telefónico e e-mail) são recolhidos apenas quando o aluno é menor, e exclusivamente para efeitos de comunicação e funcionamento da escola.

No caso da captação e divulgação de imagem e som com inclusão da face do aluno, o tratamento tem como fundamento o consentimento explícito e prévio do encarregado de educação, prestado através de documento próprio e autónomo desta Política de Privacidade. Esta captação ocorre exclusivamente na Festa Final e eventos equiparados. Durante as aulas e demais atividades correntes, a EMA tem o cuidado de não captar a face do aluno em fotografias ou vídeos, pelo que, nesses casos, o aluno não é identificável e o registo não constitui, em regra, tratamento de dados pessoais para efeitos do RGPD.

Categorias especiais de dados: necessidades especiais e informações de saúde

Por vezes, os encarregados de educação transmitem voluntariamente à EMA, diretamente à direção ou ao(s) professor(es) do aluno, informações sobre necessidades especiais, condições de saúde ou outras circunstâncias análogas, com o objetivo de permitir uma adequada adaptação do método de ensino. Estas informações constituem categorias especiais de dados pessoais nos termos do artigo 9º do RGPD. O seu fornecimento voluntário, para esta finalidade específica, constitui o consentimento explícito do encarregado de educação para o respetivo tratamento.

O acesso a estas informações é restrito ao(s) professor(es) diretamente envolvidos no ensino do aluno e à direção da EMA, na estrita medida do necessário. Os professores encontram-se vinculados a um dever de confidencialidade reforçado relativamente a esta informação, nos termos do Termo de Confidencialidade e Compromisso de Proteção de Dados por si assinado, não podendo divulgá-la a outros colaboradores, alunos, encarregados de educação ou terceiros.

Videovigilância da entrada da escola

A EMA dispõe de um sistema de videovigilância na entrada do espaço, com o objetivo exclusivo de garantir a segurança das instalações, das pessoas e dos bens. O sistema capta apenas imagem, não estando o som ativado. O acesso às imagens está limitado à direção da EMA, através da aplicação e plataforma de gestão do equipamento (Tuya), protegidas por autenticação própria.

As imagens são conservadas pelo prazo de 7 dias, findo o qual são automaticamente eliminadas pelo sistema, salvo se a sua conservação por prazo adicional for necessária para efeitos de investigação de um incidente de segurança concreto, participação às autoridades competentes ou exercício de direitos em processo judicial. O local encontra-se devidamente sinalizado com aviso de videovigilância, nos termos exigidos pela legislação aplicável.

A gestão do sistema através da plataforma Tuya pode implicar a transferência de dados pessoais (imagem) para fora do Espaço Económico Europeu, consoante a região de alojamento configurada para a conta. A EMA compromete-se a verificar e privilegiar, sempre que disponível, a configuração de alojamento dos dados em servidores localizados na União Europeia, e a assegurar-se de que a Tuya, na qualidade de subcontratante, oferece garantias adequadas de proteção de dados.

Quem tem acesso aos seus dados

A EMA observa os princípios da proteção de dados desde a conceção (privacy by design) e por defeito (privacy by default). Este compromisso implica que os dados pessoais são de acesso limitado às pessoas que tenham necessidade de os conhecer no exercício das suas funções, na estrita medida do necessário para a prossecução das finalidades de tratamento. Os colaboradores com acesso aos dados assumem obrigações de confidencialidade.

Os dados poderão ainda ser comunicados a entidades terceiras estritamente necessárias à prossecução das finalidades identificadas, nomeadamente a companhia de seguros contratada, a entidade de contabilidade, a plataforma Moloni (software de faturação eletrónica certificado pela Autoridade Tributária, na qualidade de subcontratante) e a Autoridade Tributária, bem como a plataformas de redes sociais (Facebook, Instagram e Tik Tok) e ao YouTube, exclusivamente no âmbito da divulgação de imagem e som autorizada.

Transferência de dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional

A publicação de conteúdos nas redes sociais e no YouTube pode implicar a transferência de dados pessoais (imagem e som) para fora do Espaço Económico Europeu, na medida em que essas plataformas são operadas por entidades sediadas ou com servidores localizados fora da União Europeia. Tais transferências ocorrem no âmbito das garantias adotadas pelos respetivos prestadores de serviço (designadamente cláusulas contratuais-tipo aprovadas pela Comissão Europeia), sendo a divulgação sempre condicionada ao consentimento prévio do encarregado de educação. Fora deste contexto, o responsável pelo tratamento só transferirá dados pessoais para um país terceiro ou organização internacional com o consentimento prévio do titular, salvo no cumprimento de obrigações jurídicas ou ordens judiciais, ou para responder a solicitações de autoridades públicas.

Prazo de conservação dos dados pessoais e critérios usados para o definir

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é utilizada, conforme identificado no quadro acima. Existem requisitos legais que obrigam a conservar determinados dados por um período mínimo (por exemplo, documentos contabilísticos e fiscais). Sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão conservados apenas pelo período necessário para a finalidade para a qual foram recolhidos.

Direitos do titular dos dados

Nos termos da legislação aplicável, o titular dos dados (ou, no caso de menores, o respetivo encarregado de educação) pode solicitar, a todo o tempo, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, eliminação ou a limitação do tratamento, a portabilidade dos dados, ou opor-se ao tratamento, mediante contacto através dos meios acima indicados.

É igualmente garantido o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem que tal comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. A eliminação de dados pessoais poderá ser recusada em determinadas situações previstas na lei, nomeadamente quando o tratamento seja necessário para o cumprimento de uma obrigação legal ou para a declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) ou de outra autoridade de controlo competente, caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento lícito nos termos da legislação aplicável e da presente Política.

Obrigatoriedade de fornecimento dos dados

O fornecimento dos dados de identificação e fiscais do aluno, bem como dos dados de contacto do encarregado de educação quando o aluno é menor, é um requisito necessário para a inscrição e frequência da EMA — Escola de Música e Artes. A recusa em fornecer estes dados impossibilita a formalização da matrícula e a prestação do serviço de ensino.

Última atualização: agosto de 2026